

## **Ensino Superior em São Paulo: questões instigantes**

**Luiz Eduardo W. Wanderley**

### **Resumo da exposição, atendendo à solicitação de apresentar desafios e propostas para enfrentá-los.**

**1. Integrar ciência e cultura popular.** Desconhecimento das experiências ricas do passado e inovadoras do presente, que consigam combinar o conhecimento do senso comum, da cultura popular, com o conhecimento científico, integrando a racionalidade substantiva com a racionalidade técnica.

1a. Conhecer e apoiar as experiências e práticas de educação popular, promovidas por movimentos sociais, ONGs, igrejas, escolas. Expandir a “universidade aberta”, pela educação à distância, cursos virtuais, internet, não por modismo, mas ancorados em uma formação de qualidade.

1b. Estimular, nas atividades em geral e nos conteúdos curriculares, a formação científica (paradigmas, modelos teóricos, metodologias) com os saberes da cultura popular.

**2. O ensino superior como espaço de cultura.** Atuação atual centrada na formação profissionalizante (fragmentada, voltada centralmente para o mercado), e abandono de uma formação cultural ampla, humanística, com compromisso social.

2a. Todos os cursos deveriam estabelecer um período de tempo, na graduação, variável segundo as particularidades, para essa formação abrangente, de caráter transdisciplinar. Num segundo momento, sempre em função das áreas de conhecimento, a formação profissionalizante seria completada, assim mesmo considerando sua indispensável integração com a formação básica precedente. Na pós-graduação, atendendo às suas especificidades, o mesmo deveria acontecer. Essa formação necessita considerar, entre muitos componentes: justiça, ética, solidariedade, paz, desenvolvimento sustentável, novas abordagens (complexidade, teorias dissipativas, auto-organização, cosmogonia, caos etc.).

2b. As reformas do ensino superior devem, necessariamente, estabelecer vínculos substantivos com o ensino fundamental e o ensino médio. E buscar adequações com outros processos e meios educativos em andamento – Sistema S, EJA, ensino livre etc.

3. **Regulação e avaliação institucional.** Critérios avaliativos relevantes e pertinentes capazes de diagnosticar os aspectos negativos e fortalecer os aspectos positivos. Incompreensões do significado do tripé ensino, pesquisa e extensão, e de sua implementação nos departamentos, faculdades, institutos, núcleos, campi.

3a. Desenvolver uma avaliação emancipatória, continuada, de caráter permanente, interna e externa, com critérios bem definidos e salvaguardas explícitas, respeitando a autonomia universitária. Dinamizar novas possibilidades de compreensão do sentido do ensino, da pesquisa e da extensão, e de sua aplicação pelos docentes e discentes em cada instância acadêmica. Possibilitar dinâmicas diferenciadas para aqueles que se dediquem às tarefas de cada parte do tripé.

3b. Essa avaliação deve conter elementos quantitativos (os mais utilizados, do tipo publicações, carreira, participação em eventos etc.) e elementos qualitativos (que estabeleçam critérios diferenciados para as ciências exatas e as humanas, estimulem a valorização pública dos formandos, explicitem a contribuição das IES para a sociedade inclusiva etc.). Investir na qualificação dos professores, na sua motivação, na melhoria da infra-estrutura, nas condições de trabalho, em salários compatíveis.

4. **Recuperar e fortalecer o sentido de público.** Existência de ambigüidades e contradições na convivência entre os sistemas público-estatal e o privado, confusões entre as noções de estatal e público, constatação da tendência crescente de fazer do ensino uma mercadoria principalmente, mas não só, no funcionamento de instituições privadas lucrativas.

4a. Explicitar e concretizar o caráter público, na sociedade e nas IES, de modo a assegurar suas dimensões básicas: universalização, visibilidade/transparência, controle social, democratização, sustentabilidade, formação de novos sujeitos políticos, cultura cívica.

4b. As IES particulares, privadas, comunitárias, confessionais, filantrópicas, que pretendem realizar serviços públicos e receber recursos públicos, devem assegurar algumas salvaguardas: qualidade do ensino, quotas para alunos que venham da rede pública, permissão para que seus orçamentos sejam avaliados por Tribunais de Contas, incorporação de representantes da sociedade em seus Colegiados (por exemplo, da FAPESP, SBPC, setores sociais expressivos etc.).

#### **5. Formatos institucionais e comunidades universitárias.**

Dificuldades em definir e harmonizar faculdades isoladas, centros universitários e universidades. Redundâncias e incompreensões nas figuras de departamento, faculdade, centro, instituto. Desconhecimento do significado de comunidades universitárias e de governabilidade se seus conflitos. Garantia de uma gestão estratégica, participativa, eficiente.

5a. Rever as concepções existentes sobre as instâncias, de modo a agilizá-las e torná-las adequadas às novas exigências das mudanças sociais, buscando, entre outras finalidades, vencer a burocratização e potencializar o desempenho.

5b. Aproveitar práticas reconhecidas de efetiva democratização nos colegiados superiores, na escolha de dirigentes, em sala de aula, no relacionamento entre professores e funcionários, entre direções e associações e centros acadêmicos. Garantir o respeito pela diferença, o multiculturalismo e o diálogo inter-religioso. Evitar o democratismo, a imposição de idéias e práticas de certas correntes político-ideológicas, o desrespeito às regras de convivência.